

A. I. Nº - 206886.3010/16-4
AUTUADO - MULTIBEL UTILIDADES E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.
AUTUANTE - JORGE JESUS DE ALMEIDA
ORIGEM - IFEP NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 13.02.2019

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0216-05/18

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO. Infração procedente. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. a) MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. b) MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. Descumprimento de obrigações acessórias. Multas de 1% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Infrações procedentes em parte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 23/12/2016, exige débito tributário no valor de R\$71.955,34, em decorrência das seguintes irregularidades:

- 1 – Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior. ICMS no valor de R\$2.106,05 e multa de 60%.
- 2 – Deu entrada no estabelecimento de mercadorias, bens ou serviços sujeitos a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Multa no valor de R\$60.218,06.
- 3 – Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal. Multa no valor de R\$9.631,24.

O autuado ingressa com defesa, fls. 75 a 82, requer que as intimações sejam encaminhadas ao seu patrono Dr. Fernando Vaz Costa Neto.

Explicita que é pessoa jurídica de direito privado dedicada à comercialização de produtos de materiais de construção em geral, ou seja, contribuinte do ICMS.

Reconhece o cometimento da infração 01, sendo imperioso que seja expedida guia para o seu recolhimento.

Aduz que as infrações 02 e 03 não têm como prosperar, e entende que há necessidade de diligência fiscal.

Destaca que a impugnante acosta aos autos planilha onde tem uma coluna específica – localização/linha EFD que contem a informação da localização da linha no arquivo Sped Fiscal, onde a nota foi escriturada. Os arquivos do SPED Fiscal, ou seja, a Escrituração Fiscal Digital – EFD é um documento digital que consta na base de dados da SEFAZ.

A título de exemplo, a escrituração do ICMS relativo a nota fiscal nº 20256 é localizada através da linha 5602.

Assim, sustenta que não há o que reclamar sobre entradas de mercadorias tributáveis e não tributáveis, sem efetuar o registro na escrita fiscal, pois todos os documentos fiscais questionados em seu demonstrativo estão devidamente escriturados no EFD/ICMS, conforme a localização contida na planilha anexa, pois a escrituração foi feita considerando o efetivo recebimento das

mercadorias no estabelecimento, comprovando que não houve nenhuma entrada de mercadorias sem o devido registro. Assim, imperioso seja reconhecida a improcedência da infração.

Discorre sobre o princípio da boa fé objetiva, consagrado nos arts. 113, 187, e 442 trazidos pela reforma do Código Civil. Fala do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal bem como do RPAF/99, Decreto 7.629/99.

Ademais, verifica-se no caso posto, a regra esculpida nos arts. 158 e 159, do RPAF, em que as multas aplicadas devem ser reduzidas pela JJF.

Retrata o princípio da verdade material, pede a produção de todo meio de prova, e a improcedência em parte da autuação.

O autuante presta a informação fiscal, fls. 97 a 98, e nega que tenham sido anexadas planilhas que comprovam a escrituração das notas fiscais, confirma integralmente o Auto de Infração.

O presente processo administrativo fiscal foi diligenciado à inspetoria de origem, para que o autuante preste a informação fiscal, nos termos do art. 127, § 1º do RPAF/99, haja vista que o contribuinte indicou as linhas em que estaria lançada na EFD, as notas fiscais objeto da autuação nas infrações 02 e 03.

Após a juntada de novos demonstrativos, inclusive o de débito, o contribuinte deve ser intimado para recebê-los, inclusive com cópia da informação fiscal, e cópia deste pedido de diligência, quando será fornecido o prazo de 10 (dez) dias para que possa se manifestar sobre a informação fiscal, e os novos demonstrativos.

O auditor fiscal autuante em cumprimento à diligência, apresenta a informação fiscal, fls. 110 a 111. Após a verificação das planilhas constante da mídia em CD, anexo à fl. 94 deste processo e do Livro Registro de Entrada de Mercadorias, constante na EFD, constatou que diversas notas fiscais estão devidamente escrituradas.

Apresenta novos demonstrativos que revelam alterações nas infrações 02 e 03, totalizando R\$5.446,09, sendo R\$2.701,40 (infração 02) e R\$2.744,69 (infração 03).

Ressalta que embora na peça de defesa, item III, conste a afirmação de que todas as notas fiscais foram escrituradas na própria planilha do contribuinte, gravada em CD estão as notas fiscais que não foram escrituradas. Observa-se portanto uma contradição entre os termos da defesa e as planilhas anexadas. Anexa o novo demonstrativo de débito, incluindo a infração 01, que foi reconhecida pelo contribuinte.

O contribuinte, cientificado da diligência fiscal, não se manifestou.

VOTO

Constato que o Auto de Infração em lide foi lavrado com a observância, pelo autuante, do disposto no art. 39 do RPAF/99, ou seja, contém a identificação e a qualificação do autuado, a descrição dos fatos considerados infrações de obrigações tributárias principal, de forma clara, precisa e sucinta, demonstrativo de débito tributário amparado em demonstrativos da Auditoria realizada, com a discriminação de datas de ocorrência, base de cálculo e alíquota, de modo que o sujeito passivo pode exercer plenamente o seu direito de defesa, com o exercício do contraditório.

A infração 01 decorreu da falta de antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior.

Foi apurado que o imposto devido relativo ao mês de março/2016, não foi recolhido pelo contribuinte e não consta inserido nos PAFs que foram apresentados para parcelamentos de débitos constantes no sistema SEFAZ.

A infração foi reconhecida pelo sujeito passivo, fica mantida.

A infração 02 decorreu da entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal, referente aos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015.

Inicialmente exigido o valor da multa de R\$60.218,06, mas submetido à diligência no decorrer da instrução processual, o autuante reconheceu as razões de defesa, e concluiu após a verificação das planilhas constantes da mídia em CD, anexo à fl. 94 deste processo, e do Livro Registro de Entrada de Mercadorias, constante na EFD, que diversas notas fiscais estão devidamente escrituradas.

Nesse sentido, apresentou novos demonstrativos que revelam alterações na infração, totalizando R\$2.701,40, os quais se encontram nas fls. 118 a 123 do PAF.

Acompanho as correções efetuadas pelo autuante, as quais não foram contestadas pelo sujeito passivo.

Infração procedente em parte.

A infração 03, relativa ao descumprimento de obrigação acessória, decorreu da entrada de mercadoria no estabelecimento de mercadorias não sujeitas à tributação, que não foram registradas, com multa no valor de R\$9.631,24.

Também foi objeto de diligência, diante dos argumentos apresentados pela defesa, de que muitas das notas fiscais estariam devidamente escrituradas.

Como resultado, o autuante refez o demonstrativo original e em confronto com os registros fiscais apresentados pelo contribuinte concluiu que a infração passaria para o valor de R\$2.744,69, valor este que não foi impugnado pela sociedade empresária. Concorro com as correções efetuadas pelo diligente e a infração deve estar em conformidade com o demonstrativo de fls. 125 a 132.

Infração procedente em parte.

Ressalto que o patrono da empresa solicitou que as intimações sejam encaminhadas para seu endereço, na pessoa do Dr. Fernando Vaz Costa Neto.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206886.3010/16-4**, lavrado contra **MULTIBEL UTILIDADES E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.106,05**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$5.446,09** prevista no art. 42, incisos IX e XI do mesmo diploma legal, e dos acréscimos moratórios estabelecidos pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de dezembro de 2018.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO –RELATORA

JOÃO VICENTE COSTA NETO - JULGADOR